



PREFEITURA MUNICIPAL DE IPORANGA

“Capital das Cavernas”

PABX: (15) 3656-9830 / e-mail: adm@iporanga.sp.gov.br
Praça Padre Caiaffa, 70 – Centro – CEP 18330-000 – Iporanga/SP
CNPJ/MF 46.634.283/0001-24 – Inscr. Estadual Isenta
www.iporanga.sp.gov.br



DECRETO N. 1.112/2020, DE 09 DE SETEMBRO DE 2020

“DISPÕE SOBRE AS NORMAS EXCEPCIONAIS DESTINADAS AO ANO LETIVO DE 2020 PARA A EDUCAÇÃO BÁSICA, EM DECORRÊNCIA DO ENFRENTAMENTO À SITUAÇÃO DE EMERGÊNCIA DE SAÚDE PÚBLICA DE QUE TRATA A LEI FEDERAL Nº 13.979 DE 06/02/2020 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS CORRELATAS.”

VALMIR DA SILVA, Prefeito Municipal de Iporanga, Estado de São Paulo, no uso de suas atribuições legais:

CONSIDERANDO que a saúde pública é direito de todos e dever do Estado, garantindo mediante políticas públicas, sociais e econômicas que visem a redução do risco de doença e outros agravos, garantindo acesso universal e igualitário às ações e serviços para sua promoção, proteção e recuperação, na forma do artigo 196 da Constituição Federal;

CONSIDERANDO a classificação pela Organização Mundial de Saúde, no dia 11 de março de 2020, como pandemia do Novo Coronavírus;

CONSIDERANDO A Declaração do OMS datada de 11 de março de 2020, sobre a disseminação comunitária da COVID-19 em todos os Continentes, determinante de estado de pandemia e de haver no referido documento, orientação de contenção por meio de distanciamento e isolamento social, entre outras medidas;

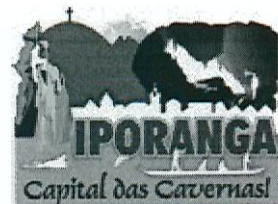
CONSIDERANDO Lei nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020, dispondo sobre as medidas para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do Coronavírus responsável pelo surto de 2019;



PREFEITURA MUNICIPAL DE IPORANGA

“Capital das Cavernas”

PABX: (15) 3656-9830 / e-mail: adm@iporanga.sp.gov.br
Praça Padre Caiaffa, 70 – Centro – CEP 18330-000 – Iporanga/SP
CNPJ/MF 46.634.283/0001-24 – Inscr. Estadual Isenta
www.iporanga.sp.gov.br



CONSIDERANDO o Decreto Legislativo nº 06 de 20 de março de 2020, que reconhece a ocorrência do estado de calamidade pública;

CONSIDERANDO A Portaria nº 188 do Ministério da Saúde, de 3 de fevereiro de 2020, que declarou Emergência em Saúde Pública de Importância Nacional, em razão da infecção humana pelo Novo Coronavírus (COVID-19);

CONSIDERANDO A Lei nº 14.040 de 18 de agosto de 2020 – Lei de Conversão da Medida Provisória nº 934 de 01 de abril de 2020, que flexibilizou os dias letivos previstos na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, preservando a obrigatoriedade de 800 horas para o Ensino Fundamental e flexibilizando-as para a Educação Infantil.

CONSIDERANDO que a Lei 14.040/2020 reafirma o dever e autonomia dos sistemas de ensino em editar normas para regulamentação e cumprimento do Calendário Escolar;

CONSIDERANDO a Lei nº 1.044, de 21 de outubro de 1969, prevendo a possibilidade de realização de atividades fora do ambiente escolar para estudantes que estejam impossibilitados de frequentar a unidade escolar por conta de risco de contaminação direta ou indireta, de acordo com a disponibilidade e normas estabelecidas pelos Sistemas de Educação;

CONSIDERANDO o resultado da enquete aplicada aos responsáveis pelos alunos da comunidade escolar indicando que 87,2% destes, não autorizarão os alunos ao comparecimento presencial às escolas no presente ano;

CONSIDERANDO o resultado de enquete realizada com os profissionais que atuam na Educação Pública Municipal que revelou que 86,6% deseja o adiamento do retorno das aulas presenciais por forte sentimento de insegurança motivado pela preservação da saúde pessoal, dos alunos e extensivamente das famílias;



PREFEITURA MUNICIPAL DE IPORANGA

“Capital das Cavernas”

PABX: (15) 3656-9830 / e-mail: adm@iporanga.sp.gov.br
Praça Padre Caiaffa, 70 – Centro – CEP 18330-000 – Iporanga/SP
CNPJ/MF 46.634.283/0001-24 – Inscr. Estadual Isenta
www.iporanga.sp.gov.br



CONSIDERANDO a pesquisa indicadora, que 38,46 % dos funcionários enquadra-se em grupo de risco, por possuir comorbidades ou por ser idoso;

CONSIDERANDO que mesmo a adoção do mais rígido protocolo sanitário, não garante a impossibilidade de contaminação e disseminação do vírus.

DECRETA

Art. 1º – Nos termos da autonomia concedida pelo Governo do Estado de São Paulo, as aulas e demais atividades presenciais no município de Iporanga não serão retomadas no ano letivo de 2020, sejam elas Estaduais, Municipais ou Particulares. As instituições educacionais integrantes da rede pública municipal de ensino retornarão suas atividades presenciais no ano de 2021.

Art. 2º – As horas de atividades escolares previstas na Lei Federal nº 14.040/2020, como obrigatórias ao cumprimento do Calendário Escolar do corrente ano letivo, organizadas na esfera de atuação da Secretaria Municipal de Educação, cumprir-se-ão a partir de 07 de maio de 2020 a 18 de dezembro de 2020, por meio remoto.

Art. 3º – A flexibilização das horas de atividades escolares para a Educação Infantil (Creche e Pré-Escola), previstas na Lei Federal nº 14.040/2020, não desobriga o planejamento, preparo e envio de atividades e orientações para essas Modalidades de Ensino, como meio, e que venham assegurar o incentivo à continuidade das aprendizagens e manutenção de vínculos entre o aluno e sua escola.

Art. 4º – Os anos/turmas escolares pertencentes ao Ciclo de Alfabetização (1º e 2º anos), 3º, 4º e 5º anos do Ensino Fundamental e do 6º ao 9º ano do Ensino Fundamental II, do Sistema Municipal de Ensino de Iporanga, formarão Ciclo contínuo deste ano para o seguinte, ficando estabelecido que as habilidades não desenvolvidas no ano de 2020, deverão ser retomadas em 2021, após avaliações diagnósticas, de forma a mitigar os prejuízos acadêmicos e emocionais decorrentes da pandemia causada pela COVID 19.



PREFEITURA MUNICIPAL DE IPORANGA

“Capital das Cavernas”

PABX: (15) 3656-9830 / e-mail: adm@iporanga.sp.gov.br
Praça Padre Caiaffa, 70 – Centro – CEP 18330-000 – Iporanga/SP
CNPJ/MF 46.634.283/0001-24 – Inscr. Estadual Isenta
www.iporanga.sp.gov.br



Art. 5º – Caberá à Rede Estadual elaborar seus protocolos pedagógicos de acordo com as suas respectivas realidade.

Art. 6º – Todas as Instituições de Ensino Superior e Educação Profissional do Município também estão subordinadas a este Decreto.

Art. 7º – Compete a Secretaria Municipal de Educação deste Município regulamentar e expedir normas complementares, quando, e se necessário, por atos normativos próprios, que serão aplicados no Sistema Municipal de Ensino de Iporanga.

Art. 8º – As medidas previstas neste Decreto poderão ser reavaliadas e revogadas a qualquer momento, de acordo com a situação epidemiológica do Município e/ou em razão de determinações oficiais.

Art. 9º – Este Decreto entra em vigor na data de sua afixação no átrio do Poder Executivo Municipal e posterior publicação em órgão de imprensa local, revogando-se as disposições em contrário.

Iporanga, 09 de setembro de 2020


Valmir da Silva
Prefeito Municipal